

ACONDICIONAMENTO E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS DA PRAIA DO ATALAIA-PA

*PACKAGING AND COLLECTION OF SOLID WASTE: A STUDY ON THE PERSPECTIVE
OF TOURISM SERVICE PROVIDERS ON PRAIA DO ATALAIA-PA*

*ACONDICIONAMIENTO Y RECOLECCIÓN DE RESIDUOS SÓLIDOS: UN ESTUDIO
DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS PRESTADORES DE SERVICIOS TURÍSTICOS DE LA
PLAYA DE ATALAIA-PA*

Cleber Gomes da Silva

cleber_apolo@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

Bacharel em Turismo

Especialista em Gestão Governamental

Data de Submissão: 12/05/2013

Data de Aprovação: 17/03/2014

Resumo: O objetivo principal desta pesquisa foi de analisar o acondicionamento e coleta de resíduos sólidos da Praia do Atalaia no município de Salinópolis, Estado do Pará, a partir da perspectiva dos barraqueiros. Esse município foi escolhido como área de abrangência da pesquisa por ser um dos principais destinos turísticos do território paraense. Este trabalho orienta-se por uma perspectiva local, na qual é comum apontar os prestadores de serviços como os principais responsáveis pelos problemas gerados na praia. Não obstante, a melhoria dos serviços e até da formulação de normas e diretrizes para uso da praia requer o envolvimento e o esforço direto das populações residentes. Além disso, o município é cenário de dependência exclusiva da atividade turística; com reflexos na transformação agressiva da paisagem, dos problemas sociais, da ocupação de áreas de preservação e gentrificação de espaços públicos. Nesse aspecto, apresenta-se como um *locus* favorável para avaliar como o turismo tem impacto no gerenciamento de resíduos sólidos pelo aumento do fluxo turístico. A respeito da metodologia, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a partir da interpretação das pessoas que vivenciam o turismo. Esse estudo apresenta-se, sobretudo, como uma contribuição para reflexão acerca da melhoria do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos em áreas de praias.

Palavras-chave: Turismo. Resíduos Sólidos. Turistificação. Praia do Atalaia.

Abstract: The main objective of this research was to examine the packaging and collection solid waste from Atalaia beach in the municipality in Salinópolis, in the State of Pará, from the perspective of the *barraqueiros*. This city was chosen as the area of coverage of the research, as it is one of the top tourist destinations

in the territory of Pará. This work is guided by a local perspective, in which it is common to point to service providers as the main factors responsible for the problems generated on the beach. Nevertheless, the improvement of services, and the formulation of standards and guidelines for use of the beach, requires the involvement and direct effort of local residents. In addition, the city is the scenario of exclusive dependence on tourism, with reflections on the aggressive transformation of the landscape, the social problems, the occupation of preservation areas, and the gentrification of public spaces. In this respect, it is presented as a favorable locus to assess how tourism impacts on solid waste management by increasing the tourist flow. In terms of methodology, we used a qualitative approach, based on the interpretation of people who experience tourism. This study is presented, above all, as a contribution to reflection aimed at improving the system of solid waste management in beach areas.

Keywords: Tourism. Solid Waste. Touristification. Atalaia Beach.

Resumen: El objetivo principal de esta investigación fue la de analizar el acondicionamiento y recolección de residuos sólidos de la playa de Atalaia, en el municipio de Salinópolis, estado de Pará, a partir de la perspectiva de los puesteros. Ese municipio fue elegido como área de alcance de la investigación por ser uno de los principales destinos turísticos del territorio paraense. Este trabajo se orienta por una perspectiva local, en la cual es común apuntar hacia los prestadores de servicios como los principales responsables de los problemas generados en la playa. No obstante, la mejoría de los servicios, e incluso de la formulación de normas y directrices para el uso de la playa, requiere el compromiso y el esfuerzo

directo de las poblaciones residentes. Además, el municipio es escenario de dependencia exclusiva de la actividad turística, con reflejos en la transformación agresiva del paisaje, en los problemas sociales, en la ocupación de áreas de preservación y gentrificación de espacios públicos. En ese aspecto, se presenta como un locus favorable para evaluar cómo el turismo tiene impacto en el gerenciamiento de residuos sólidos por el aumento del flujo turístico. Con respecto a la metodología, se utilizó un abordaje cualitativo a partir de la interpretación de las personas que vivencian el turismo. Este estudio se presenta, sobre todo, como una contribución a la reflexión acerca de la mejoría del sistema de gerenciamiento de residuos sólidos en áreas de playas.

Palabras clave: Turismo. Residuos Sólidos. Turistificación. Playa de Atalaia.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar o acondicionamento e a coleta de resíduos sólidos, a partir da perspectiva dos prestadores de serviços turísticos da Praia do Atalaia, no município de Salinópolis, estado do Pará. Esse município foi escolhido como área de abrangência da pesquisa por ser um dos principais destinos turísticos do território paraense. A geração de resíduos sólidos é um problema central e intrínseco à dinâmica urbana e aos padrões de consumo turístico. Esse tema está diretamente relacionado à discussão sobre um possível modelo de desenvolvimento sustentável. Tanto no campo teórico como nos discursos institucionais, o turismo assume um papel importante na dinamização e na conservação dos recursos naturais. Sobremaneira essa matriz discursiva está relacionada aos benefícios econômicos provenientes de atividades mercantis existentes no turismo, implicando levantar impactos do uso desses recursos pela comunidade, pelos governos e pela iniciativa privada. Nesse sentido, esta pesquisa orientou-se pela seguinte

questão: Quais as implicações do turismo no acondicionamento, na coleta e na disposição de resíduos sólidos em cidades turísticas?

A respeito dessa questão, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a partir da interpretação das pessoas que vivenciam o turismo. Desse modo, foi realizada uma pesquisa de campo cujos dados empíricos foram obtidos com aplicação de formulários em entrevistas direcionadas a um grupo específico de usuários da praia do Atalaia, constituída por amostra de aproximadamente 30% em relação ao universo de cerca de 100 prestadores de serviços denominados de barraqueiros.

Para compreensão do processo de turistificação em Salinópolis, é interessante, antes de tudo, situar esse fenômeno em relação à importância da região costeira na atividade turística.

A atual relação com o mar é praticamente uma oposição ao imaginário dos séculos XVI e XVII. O mar era motivo de repulsa e medo, por meio de uma visão construída sobre monstros, tempestades, doenças e as mais variadas tragédias. Os avanços da oceanografia, na Inglaterra, entre 1660 e 1675, contribuíram para a diminuição dessas crenças sobre o oceano. De meados do século XVIII, a medicina encontra as vantagens da água do mar no tratamento de algumas doenças. Além disso, o mar apresenta-se com um lugar convidativo para enfrentar os problemas do espírito. Muitas pinturas e obras românticas instigam os turistas a desejá-lo, sob a concepção de ser um lugar de alívio da melancolia. De certo modo, um olhar diabólico gradativamente foi substituído por visões idílicas e divinas, para a valorização das águas, um lugar sem dono, onde não há propriedade, configurando-se em um território do vazio (CORBIN, 1989).

Além do fascínio pelo mar, estimulado por mudanças de comportamento, é necessário considerar outros fatores que incidem sobre as formas de aproveitamento do litoral. Muito da relação com a praia no Brasil, que de alguma forma dá corpo ao processo de intensificação da atividade turística, pode ser explicada não somente pela herança desse imaginário europeu como pela própria distribuição espacial da população brasileira, alicerçada na relação colônia-metrópole. De acordo com Santos (2009), no fim do período colonial, as principais cidades brasileiras eram São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo e somente a partir da Segunda Guerra Mundial a

integração territorial torna-se viável, com a interligação de estradas de ferro e construção de estradas de rodagem. No caso específico das transformações e da caracterização urbana na Amazônia, alguns processos ocorreram de forma muito singular. Nessa situação, destacam-se as cidades litorâneas do Pará e que correspondem à área atlântica da região amazônica. Nessas cidades a primeira fase de ocupação é marcada pela relação com o oceano. Especificamente em Salinópolis, o povoamento ocorreu inicialmente devido à sinalização náutica. A região onde está o município possuía um papel fundamental para a navegação, no processo de aproximação de embarcações na costa amazônica. A atividade turística em Salinópolis seguiu uma tendência de exploração das áreas litorâneas. Segundo Balanzá e Nadal (2003), o período entre 1950 e 1980 pode ser considerado como o do grande "*boom* turístico", quando se desenvolveram as bases para o turismo de massas.

Devido ao processo de valorização das regiões costeiras, a intensificação de um fluxo turístico sazonal produziu uma série de externalidades negativas no espaço urbano. Nesse sentido, pode-se afirmar que o município sofreu o fenômeno da turistificação. Conforme Portuguez (2004), esse fenômeno ocorre quando se observam no local receptor características como: existência efetiva de visitantes, áreas que passam a serem considerados pontos atrativos, introdução de equipamentos em função dos visitantes, aumento da pressão social (mesmo que ocasional) sobre equipamentos urbanos, substituição do comércio tradicional pelo especializado, aumento do mercado informal de produtos de interesses dos visitantes e mudanças na estrutura urbana com a introdução de residências secundárias e de residências por temporada.

Nessa configuração, a origem de tal fenômeno pode ser explicada por Goitia (1992) ao discutir as transformações causadas pela mobilidade urbana, devido às classes sociais mais elevadas procurarem lugares reservados e exclusivos. Algo que ajuda a compreender a noção de cidade balneária, principalmente a partir da década de 1960, com a crescente demanda de visitantes. Em Salinópolis, a ocupação dos espaços pelo turismo gerou uma série de impactos nas relações sociais e no ambiente natural. Nesse sentido destaca-se a valorização imobiliária de áreas próximas ao eixo viário que desenha a cidade em direção às praias, gerando uma movimentação de venda de imóveis e posteriormente

uma ocupação mais periférica (de manguezais) pelos antigos moradores. O principal resultado disso é a dicotomização de espaços e a diferenciação de grupos de pessoas: os veranistas e os nativos. Essa dinâmica é apresentada por Goitia (1992, p. 207) ao argumentar que “a mobilidade de uma urbe, razão da sua vida e do seu ser histórico, faz com que as suas transformações sejam simultaneamente físicas e sociais.”

Diante desse cenário, este trabalho orienta-se por uma perspectiva local, na qual é comum apontar os prestadores de serviços turísticos como os principais responsáveis pelos problemas gerados na praia. Não obstante, a melhoria dos serviços e até da formulação de normas e diretrizes para uso da praia requer o envolvimento e o esforço direto das populações residentes. O conteúdo deste artigo fundamentou-se nas anotações de campo, na análise documental e no tratamento estatístico de dados primários. Nesse sentido, estruturaram-se os resultados desse trabalho, de maneira que na primeira parte abordam-se os aspectos conceituais e políticos sobre turismo e resíduos sólidos. Em seguida, aprofunda-se na questão dos impactos do turismo em Salinópolis em que são analisados os problemas do gerenciamento de resíduos sólidos na praia do Atalaia, possibilitando a formulação de propostas de melhoria desse sistema.

METODOLOGIA

O método utilizado para elaboração deste artigo configura-se em um estudo de caso, baseado em pesquisa empírica, fundamentada em uma abordagem qualitativa. Os procedimentos adotados constituem-se de visitas realizadas em feriados de setembro, novembro e dezembro de 2011. Foram identificados os serviços prestados na praia, bem como alguns equipamentos utilizados para acondicionamento de resíduos produzidos pela intensa atividade turística.

Para efeito desta pesquisa, os prestadores de serviços turísticos entrevistados foram denominados de barraqueiros. Nesse aspecto, para a aplicação metodológica optou-se por realizar entrevistas com os proprietários das barracas, conhecidos no município como barraqueiro. A maioria dos estabelecimentos comerciais na praia são bares e restaurantes ou até mesmo

servem de hospedagem. Muitos dos entrevistados são oriundos de outros municípios do Estado ou de outras regiões do país.

Durante a pesquisa, foram contadas aproximadamente 90 barracas localizadas ao longo de 5 km de praia. Dessa maneira, optou-se por entrevistar cerca de 1/3 desses empreendedores, sendo selecionada 01 em cada 03 barracas. Quando não havia a possibilidade de entrevista, passava-se para o estabelecimento seguinte.

O formulário de entrevista foi elaborado com base no interesse de analisar informações sobre acondicionamento e coleta de resíduos. Contudo, para facilitar o entendimento sobre o objeto de estudo, denominado resíduos sólidos, utilizou-se o termo "lixo", como é popularmente conhecido. Para análise dos resultados, efetuou-se uma análise estatística das respostas coletadas. A partir dos resultados, partiu-se de teorias gerais, das quais foram analisados de forma dedutiva os fenômenos descritos no estudo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E RESÍDUOS SÓLIDOS

A relação entre turismo e gerenciamento de resíduos sólidos é notabilizada, até com certo destaque, nos discursos governamentais e no quadro teórico que cerca esse tema. O turismo é posto tanto como um dos fatores de desenvolvimento urbano ao mesmo tempo em que produz inúmeros problemas que comprometem a noção de sustentabilidade e eficácia material.

Notadamente a atividade turística é objeto de discurso governamental, desde a década de 1960, colocado como uma importante alternativa para o desenvolvimento econômico de muitas cidades ou regiões. Conforme dados do Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014 (BRASIL, 2011), atualmente, o mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. A respeito do Brasil, em 2009 foi registrada uma receita cambial turística de US\$ 5,30 bilhões. Apesar de inferior ao máximo histórico registrado em 2008, esse valor representa um crescimento de 165% se comparado ao ano de 2002 (US\$ 2 bilhões). No mesmo período, o crescimento da receita turística mundial foi de 66%.

Esses dados ilustram a visão da importância econômica que o turismo representa para os governos. Segundo Dias (2006), o turismo é um fenômeno

político, econômico, social, cultural, educativo, ambiental, cuja essência é a prática do lazer, sustentando-se na utilização de recursos e na prestação de serviços. Nos últimos anos do século XX, houve uma multiplicação de destinos turísticos, surgidos tanto pela motivação tradicional do “sol e praia” como por outros motivos, que mediante a diversificação de interesses do consumidor elevou o turismo à condição de atividade produtiva, incorporando diversos espaços à lógica de mercado.

O turismo é capaz de produzir inúmeros impactos sobre o espaço, além de exercer influência na própria gestão da cidade. Entre esses impactos, um dos mais perceptíveis é o aumento na geração de resíduos sólidos. De certa maneira, a gestão de resíduos está diretamente relacionada ao aumento do fluxo turístico, sendo imprescindíveis novas proposições de como a ação do poder público e da sociedade civil podem contribuir para minimizar os impactos e melhorar a gestão desse tipo de impacto em áreas litorâneas.

Mediante essa condição, muitos autores examinam a capacidade de o turismo gerar o consumo de bens e serviços, mesmo que não exclusivamente turísticos. Outros argumentam que esse consumo é apenas o meio e não a finalidade de quem pratica o turismo. Ou seja, o primeiro promove uma abordagem como sistema cultural e como sistema produtivo. Essa visão sistêmica, sob uma concepção de sustentabilidade, é perceptível em autores como Barreto (1991), Beni (2002) e Hall (2004). O turismo vem se destacando nas análises sobre sustentabilidade ambiental, o que o coloca como objeto de estudo de vários campos do conhecimento.

O turismo é essencialmente o movimento de pessoas e o atendimento de suas necessidades e de outros que não viajam e cujo planejamento turístico se interessa pelo apoio do sistema geomorfológico, pois trabalha com a organização do espaço, que deve ser sistematizado dentro de uma abordagem mais ampla (BARRETO, 1991). Beni (2002) aborda sua complexidade, apresentando a estrutura de um “sistema turístico” composto por subsistemas: ecológico, econômico, social, cultural, superestrutural, do mercado, da demanda, da produção, da distribuição e do consumo. Os sistemas são compostos de partes ou elementos que estão inter-relacionados entre si e com o meio no qual está

inserido, sendo que todo sistema sempre pertence a um sistema mais amplo (TRIVIÑOS, 2011).

Pode-se observar que um sistema é uma reunião de fatos ou partes que formam uma operação complexa ou unitária, sendo que o modelo de sistema turístico é útil para identificar os fluxos de turistas da região geradora a uma região de destino (HALL, 2004). Destarte, independentemente do modelo de análise escolhido para abordagem do turismo, por sua importância considerável na economia mundial, segundo Krippendorf (1996) também está relacionado ao crescimento pessoal e à simples oportunidade de bem-estar. Apesar disso, o aspecto econômico “tem sido o único visualizado pelas políticas nacionais de turismo” (BARRETO, 1991, p.45). Um dos aspectos mais conhecidos do turismo é o fato de ser um fenômeno de consumo e ao mesmo tempo de produção.

O produto turístico é “o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade turística” (LAGE & MILONE, 2001, p.51). Isso implica uma valoração que, segundo Silva (2005), “[...] é difícil e complexa, em função de não existir nenhum setor cuja produção dirija-se exclusivamente a demanda turística [...]”. Todavia, o esforço governamental aparentemente tem sido concentrado em maximizar os benefícios econômicos. Pouco se propôs a responder questões relacionadas à qualidade de vida, tanto de turistas como de populações residentes. De acordo com Arrillaga (1976), mais do que pela importância na geração de divisas, é uma oportunidade de saudável prática de lazer. “Em sua globalidade, não está formado só pelas pessoas que viajam e pelos bens e serviços que se lhes oferecem e que elas utilizam; entre uns e outros, surge uma série de relações e situações de fato de caráter econômico, sociológico e até político.” (ARRILLAGA, 1976, p. 25).

Os impactos gerados pelo consumo turístico em áreas costeiras estão diretamente relacionados à percepção dos prestadores de serviço nas praias, tal como analisa Conto (2001). Essa relação permeia, portanto, as análises promovidas nessa pesquisa. Nesse sentido, se discute como os municípios que dependem principalmente da atividade turística enfrentam a problemática da grande geração de resíduos sólidos nas regiões costeiras, principalmente pelas especificidades operacionais que diferenciam o trato das praias no contexto urbano.

Segundo Caldas (2007), o turismo constitui-se atualmente num dos mais importantes vetores de ocupação do litoral brasileiro. A ocupação ocorre, sobretudo, por meio de segundas residências, no turismo periódico de fins de semana ou sazonal. O turismo assim se caracteriza pela especulação imobiliária, que por sua vez vem causando graves e, muitas vezes, irreversíveis danos ao meio ambiente costeiro. A relação entre turismo e faixa litorânea normalmente está associada a restrições de acesso público, pela implantação de condomínios e empreendimentos hoteleiros, que quase sempre vão de encontro à legislação ambiental.

Em suma, mais do que simplesmente um discurso ambientalista, ou simples preocupação com o atendimento dos dispositivos legais vigentes no país, a questão do uso adequado dos recursos turísticos é uma questão de sobrevivência. Por outro lado, essa problemática remete à verificação das percepções de visitantes e visitados, de gestores e empreendedores. Mais do que a simples implantação de equipamentos e de maiores investimentos ou da realização de estudos, a gestão de resíduos requer a pactuação dos diversos envolvidos na questão. Afinal, o problema central da geração de lixo e de seus diversos problemas é inerente a atitudes individuais e coletivas.

Nesse contexto, a gestão de resíduos sólidos é um problema central e intrínseco à dinâmica urbana e padrões de consumo turístico. O gerenciamento de resíduos sólidos está diretamente relacionado à discussão sobre Desenvolvimento Sustentável. Essa questão surgiu da preocupação com a crise ambiental, ressaltada, entre outras coisas, pela pobreza e pela fome, além da necessidade de solucionar problemas nas áreas mais urbanizadas, como a geração de resíduos sólidos, desperdício de energia e água, falta de saneamento, entre outros.

Acsehrad (1999) sustenta que há diversas matrizes discursivas associadas à noção de sustentabilidade. Na perspectiva da eficácia material, a cidade sustentável satisfaz o critério de conservação de estoques e redução do volume de resíduos, pois para uma mesma oferta de serviços minimiza o consumo de energia fóssil e outros recursos materiais. Portanto, trata-se de uma leitura da cidade como um sistema termodinâmico aberto, de produção crescente de entropia. Nesse contexto, caberia um planejamento urbano para minimizar a

degradação energética, com adoção de tecnologias arrojadas de espaço, matéria e energia voltadas à reciclagem de materiais.

Desde o final da década de 1960 e, principalmente, do início da década de 1970, diversos encontros e debates foram realizados no sentido de encontrar soluções para equacionar as necessidades atuais e os direitos das gerações futuras. Na última década do século XX, houve como um dos eventos de grande destaque a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A discussão sobre resíduos sólidos é um dos temas presentes na Agenda 21. Esse documento afirma que esse gerenciamento deve contemplar não só a disposição final segura de resíduos como reconhece os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. (CORTEZ & ORTIGOZA, 2007, p. 36)

O poder público é responsável pela gestão dos resíduos sólidos:

No Brasil, o serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado oficialmente em 25 de novembro de 1880, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, então capital do Império. Nesse dia, o imperador D. Pedro II assinou o Decreto nº 3024, aprovando o contrato de "limpeza e irrigação" da cidade, que foi executado por Aleixo Gary e, mais tarde, por Luciano Francisco Gary, de cujo sobrenome origina-se a palavra gari, que hoje denomina-se os trabalhadores da limpeza urbana em muitas cidades brasileiras. (MONTEIRO et al., 2001, p.1).

A Constituição Federal de 1988, nos Incisos VI e IX do art. 23, estabelece ser competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas, bem como promover a melhoria do saneamento básico. Nos incisos I e V do art. 30, estabelece a atribuição municipal de legislar sobre a organização dos seus serviços públicos. A limpeza urbana é um desses serviços. Desde o início da década de 2000, os resíduos sólidos tornaram-se um termo recorrente nas políticas de planejamento urbano, inicialmente com a Lei 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, apoiando e promovendo a implantação de aterros sanitários, a erradicação de lixões, a coleta seletiva e a inclusão social de catadores (MESQUITA JR, 2007). Posteriormente a Lei 12.305 de 2010 estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No que tange ao conceito de resíduos sólidos, suas origens encontram-se na década de 1970, com as discussões mundiais sobre os impactos da urbanização e da industrialização sobre o meio ambiente. Neste trabalho, opta-se por analisar a problemática a partir de uma definição operacional, especificamente o que determina a lei de resíduos sólidos. O inciso XI, da Lei 12.305/2010, define que a gestão integrada de resíduos sólidos é o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos sob a premissa do desenvolvimento sustentável. No inciso XVI, estabelece que resíduo sólido é material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade.

No que se refere ao papel do Estado na atuação sobre a questão dos resíduos sólidos, no contexto urbano brasileiro os problemas ambientais têm uma lenta resolução. "O Estado torna-se cada vez menos eficaz para enfrentar os problemas sociais, que se avolumam e limitam cada vez mais os espaços vitais de desenvolvimento social, e se fragiliza no seu papel de provedor." (JACOBI, 2006, p. 9).

De acordo com o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (MONTEIRO et al., 2001, p. 2), a geração de resíduos sólidos domiciliares no Brasil é cerca de 0,6 kg/hab./dia e mais 0,3kg/hab./dia de resíduos de varrição, limpeza de logradouros e entulhos. Grande parte dos resíduos gerados no país não é regularmente coletada, permanecendo junto às habitações (principalmente nas áreas de baixa renda) ou sendo vazados em logradouros públicos, terrenos baldios, encostas e cursos d'água. Por outro lado, a sustentabilidade econômica dos serviços de limpeza urbana é um importante fator para a garantia de sua qualidade.

Em quase todos os municípios brasileiros, os serviços de limpeza urbana, total ou parcialmente, são remunerados por meio de uma "taxa", geralmente cobrada na mesma guia do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e tendo a mesma base de cálculo deste imposto, ou seja, a área do imóvel (área construída ou área do terreno). Essa condição acaba tornando-se um modelo injusto, pois não consegue imputar aos maiores geradores o ônus dos recursos utilizados no sistema.

Esse entendimento perpassa pela identificação das condições econômicas de residentes e usuários de áreas públicas. Zilberman (1997) alerta que a destinação de resíduos sólidos cria problemas, primariamente, em áreas mais populosas.

Por outro lado cabe dimensionar a forma de atuação do Estado, especialmente a gestão municipal. De acordo com Jacobi e Tiveron (2005), a gestão de resíduos sólidos nas suas origens teve um aspecto voltado à saúde pública, com estabelecimento de regras de afastamento para locais determinados para disposição. Norteados por esse princípio, também começaram a coletar tais resíduos, evitando a proliferação de vetores, mau cheiro, etc. Com o crescimento urbano, esse problema extrapolou a questão de saúde, e o simples afastamento como solução. Portanto, essa dinâmica fez com que a limpeza pública e a gestão de resíduos fossem assumidas pelo setor público.

Lima (2005) argumenta que há uma clara satisfação do cidadão gerador, quando o resíduo sai de suas vistas, gerando uma aparente solução. Contudo, alerta que posteriormente à coleta que se iniciam todos os problemas que afetam a qualidade de vida do cidadão gerador. Mesmo diante da evidente falta de eficiência da gestão municipal, no que tange aos problemas de gerenciamento dos resíduos sólidos, a comunidade em geral também prefere se omitir, ou negligenciar seu papel na geração e no despejo inadequado de resíduos sólidos, legando unicamente à administração pública. Nesse sentido, é fundamental entender os processos que colaboram para a degradação ambiental do meio urbano, a partir do conhecimento dos atores envolvidos, em essência, aqueles que geram os resíduos sólidos.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Entre os barraqueiros entrevistados, somente 33% se declararam naturais de Salinópolis e os outros 67% provenientes de outros municípios, entre os quais são oriundos principalmente de Belém e até de outros estados, dos quais 60% eram do sexo masculino. Quanto à escolaridade, quase metade dos entrevistados possui o ensino médio completo, contudo se forem agregados os de nível médio incompleto o total chega a 67% se se comparar com os outros níveis de formação, conforme tabela 4:

Tabela 4: Nível de escolaridade dos entrevistados

ESCOLARIDADE	(%)
Fundamental completo	7
Fundamental incompleto	17
Médio completo	47
Médio incompleto	20
Superior completo	3
Superior incompleto	3
Não declarou	3

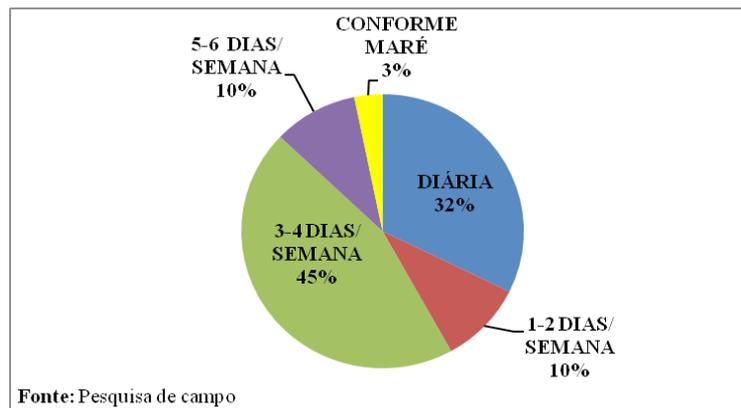
Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os estabelecimentos pesquisados, 93% responderam como pessoa jurídica. 93% funcionam como bar e restaurante e outros 3% desenvolvem também atividades como hospedagem e vendas de artesanato. Questionados sobre a prestação de serviços de coleta em seu empreendimento, 57% dos entrevistados alegaram que não ocorre de forma regular e os outros 43% apontaram que sim.

Essa distinção na percepção denota claramente a irregularidade no serviço, devido à falta de percepção de algum tipo de benefício promovido pelos serviços públicos na praia. Interpreta-se que muitas respostas são influenciadas por descontentamentos com a própria gestão municipal. Para que a coleta tenha resultados efetivos, é importante a participação dos envolvidos no que tange aos procedimentos e aos horários de coleta.

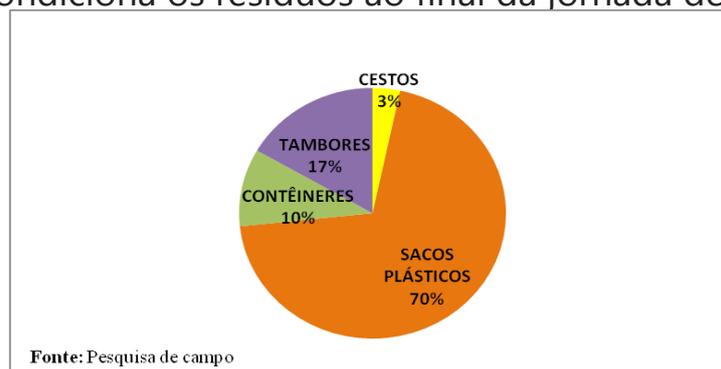
A disparidade na percepção sobre os serviços de coleta também se evidenciou quando o questionamento referiu-se à frequência em relação aos dias da semana. Conforme informações da própria Secretaria, o serviço de limpeza e coleta é realizado a partir das 4h ou 5h, de acordo com o horário da maré baixa. No entanto, 32% afirmou que é um serviço diário, sendo que 45% aponta que esse serviço é realizado de 3 a 4 vezes na semana, tal como explicita o Gráfico 1.

Gráfico 1: Frequência do serviço de coleta



O papel dos prestadores de serviço no acondicionamento de resíduos contribui diretamente para a diminuição de pontos de acúmulo de lixo na praia. A acumulação em torno das barracas é evidente ao final da jornada de trabalho. Caso não seja processado nenhum tipo de forma de acondicionamento, os resíduos serão movimentados pela ação das marés e se depositarão em áreas de vegetação mais próximas. Perguntados sobre a forma de acondicionar os resíduos sólidos no final da jornada, 70% confirmou utilizar sacos plásticos.

Gráfico 2: Como acondiciona os resíduos ao final da jornada de trabalho



Por outro lado, sobre a separação dos resíduos sólidos, 66% dos entrevistados afirmaram não realizar nenhum tipo de separação, contra 34% que disseram realizar separação do lixo. Isso pode ser explicado pelo fato de não haver nenhum tipo de iniciativa da gestão pública. Além disso, conforme apurado na pesquisa, 63% alegou não receber orientação de como proceder no acondicionamento de resíduos contra 38%. Esses dados reforçam

a necessidade de aperfeiçoamento de ações de mobilização e educação ambiental e da implantação de coleta seletiva.

Tabela 5: procedimentos adotados e acesso à informação

Pergunta	Sim (%)	Não(%)
Faz algum tipo de separação de lixo	34	66
Já recebeu orientação sobre acondicionamento e despejo de lixo?	38	62

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os barraqueiros, 76% acredita que o lixo atrapalha seus negócios e 24% que não. Ou seja, isso demonstra que sob a perspectiva dos prestadores de serviço da praia, algum tipo de iniciativa deve acontecer, no sentido de estabelecer procedimentos no acondicionamento e na coleta de resíduos sólidos capazes de colaborar para a melhoria dos serviços prestados na praia. No que tange à sustentabilidade econômica de possíveis propostas de intervenção, 80% dos pesquisados se manifestaram favoráveis à implantação de taxas aplicáveis na melhoria dos serviços de limpeza e coleta de resíduos sólidos gerados na praia, conforme Tabela 6:

Tabela 6: Impactos sobre os negócios

Pergunta	Sim (%)	Não (%)
Considera que o lixo atrapalha seus negócios?	76	24
Pagaria alguma taxa para melhoria dos serviços	80	20

Fonte: Pesquisa de campo.

Além dos dados apresentados por meio das respostas ao questionário, solicitou-se dos mesmos que fossem sugeridas ações para diminuição da geração de resíduos na praia e a melhoria da limpeza e da coleta. Entre os quais

se destacam as respostas mais comuns, entre elas: colocação de mais lixeiras, conscientização de usuários (turistas e barraqueiros) e coleta seletiva; mutirão de limpeza com barraqueiros; maior fiscalização na limpeza da praia, multas; de limpeza diária duas vezes ao dia e implantação de depósitos de resíduos nas barracas. Entre as ações propostas pelos prestadores de serviço, percebe-se a preocupação com o papel do poder público na efetivação e na eficiência dos serviços e ampliação do uso de equipamentos e intensificação da educação ambiental e fiscalização por parte do poder público, além de promoção de mutirões como uma alternativa para melhoria dos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona Costeira Brasileira se estende por 17 estados e acomoda mais de 400 municípios distribuídos do norte equatorial ao sul do país. Tal região abriga atividades características, como: as práticas de pesca comercial e recreativa, a maricultura, o transporte marítimo, os esportes aquáticos, o uso dos terminais portuários, as indústrias de pesca e o turismo, entre muitas outras (CALDAS, 2007). Nesse cenário, a gestão municipal de resíduos sólidos não pode prescindir à necessidade de fortalecimento das políticas de gestão da área costeira.

Na praia do Atalaia, são realizados serviços de limpeza e coleta de resíduos domiciliares da área urbanizada, segundo informações da Secretaria de Transportes do município, órgão responsável pela manutenção da frota e gerenciamento de equipes de limpeza urbana. As equipes que servem a praia são distribuídas em média de 12 pessoas, que utilizam uma caçamba e em casos de atolamento de veículos, a pá mecânica. Dependendo do aumento do fluxo de visitação, normalmente em julho e dezembro, mais equipes são deslocadas, correspondendo a aproximadamente uma equipe para cada 40.000 pessoas e no máximo de 04 (quatro) equipes. Entretanto, as equipes não disponibilizam de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e outros equipamentos adequados para a realização dos serviços.

Na visita *in locu*, identificou-se que alguns estabelecimentos utilizam tambores plásticos de mais de cerca de 200 litros, para acondicionamento dos resíduos gerados na jornada de trabalho, normalmente localizados atrás ou na

parte lateral dos estabelecimentos e próximos às dunas. Percebe-se a utilização inadequada desses equipamentos, que em muitos casos estão sobrecarregados, com acúmulo de resíduos nos locais onde se encontram. Conforme orienta Monteiro et al. (2001) no Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, é importante que os recipientes para acondicionamento de resíduos sejam herméticos, pois evitam o derramamento ou a exposição dos resíduos. Para agrupamentos geradores de resíduos comerciais e domiciliares, tais como condomínios, hotéis e restaurantes, são mais convenientes os contêineres plásticos padronizados, com rodas e tampa.

Entre a vegetação que se localiza atrás das barracas e que recobre as dunas, pequenos lagos se formam com água da chuva. Alguns desses corpos d'água acabam servindo como ponto de acúmulo de resíduos, devido à ação das marés, que carrega tanto o material depositado na área de banho pelos visitantes como o lixo doméstico despejado atrás das barracas. A ocorrência desses depósitos, além de provocar a poluição e o aumento da temperatura das águas, diminui a quantidade de oxigênio, dificultando o ciclo de vida de peixes e outros seres importantes nas cadeias alimentares costeiras. Além de esteticamente desagradável, essa situação pode atrair vetores de doenças como Larva migrans cutânea: conhecida como bicho geográfico; larva migrans visceral (toxocaríase), a Leptospirose: transmitida pela urina ou pela água contaminada com urina de ratos; a Criptococose: causada pelo fungo *Cryptococcus neoformans* e Giardiase (CALDAS, 2007).

Ao longo da praia da Atalaia, é possível identificar diversos pontos de acúmulo de resíduos sólidos, em diversas estradas abertas, nos quais circulam veículos e dão acesso aos condomínios, residências de luxo e barracas. Essa expressiva malha viária avança sobre a vegetação litorânea. A composição dos resíduos presentes nessa área é bastante diversificada, entre os quais se destaca a concentração de embalagens plásticas, sacos plásticos, latas de alumínio, garrafas plásticas e até fraldas descartáveis, além de material orgânico, dentre os quais se destacam grandes quantidades de cascas de coco. Muitos desses resíduos são trazidos pelos turistas e descartados nas tendas onde os carros se localizam e onde são prestados os serviços de alimentação, na faixa de areia.

Na praia da Atalaia, a entrada permitida de veículos na praia geralmente vem acompanhada do despejo inadequado, pois alguns usuários não utilizam

formas individuais de acondicionamento. Por outro lado, os garçons não realizam procedimentos de limpeza ou simplesmente não alertam seus clientes sobre critérios para o despejo de resíduos, restringindo-se aos serviços mais operacionais ou de atendimento.

Além da importância de investimentos específicos em equipamentos e qualificação de recursos humanos, melhores resultados no desenvolvimento de projetos para áreas de praia requerem um esforço redobrado na busca de soluções inovadoras, tanto para o sustento econômico da proposta, como o pleno envolvimento de usuários. Em certa dosagem, requer o estabelecimento de normas rigorosas e fiscalização do uso desses recursos. Ou seja, pode-se aplicar em casos como o da praia da Atalaia o princípio do poluidor-pagador e usuário pagador (MACHADO, 2010)

Por outro lado, desde 1966 a intervenção estatal no turismo tem impactado diretamente na dinâmica urbana de algumas cidades. Porém, mesmo diante das estratégias de integração apresentadas no planejamento federal, o interesse de promover a atividade é caracterizado por ações descontínuas na esfera local. No município de Salinópolis, essas ações, historicamente, foram desprovidas de um planejamento turístico. As obras não dialogam com os interesses da comunidade, além de ser perceptível a omissão mediante os problemas decorrentes de poluição, ocupação irregular ou da ineficiência na prestação de serviços básicos. A falta de um planejamento acentua os problemas de “periferização” e exclusão, comuns ao processo de desenvolvimento urbano.

Mesmo diante do grande potencial econômico da atividade, as políticas públicas de turismo têm uma limitação evidente de governabilidade em relação a determinadas variáveis, tais como: trabalho, educação, costumes, cenários, guerras conflitos, problemas econômicos, psicológicos. Sua capacidade de articulação refere-se muito mais ao momento da escolha do destino, nas oportunidades que se apresentam nesse contexto. O sucesso desse tipo de política exige um ambiente favorável, como: continuidade, estabilidade econômica, informação, qualificação e disponibilidade política.

Apesar da importância das políticas públicas tanto de turismo como de resíduos sólidos para estabelecer melhorias do meio urbano, ressalta-se que

alguns dos principais produtos turísticos no Brasil não surgiram de forma planejada, dado o uso espontâneo de áreas costeiras. O interesse no turismo pouco foi acompanhado de preocupações com a capacidade de carga dos destinos e com os impactos negativos relacionados.

Analisando os resultados, conforme quadro sistematizado, nota-se uma confusão entre as ações que podem dirimir os problemas relativos à diminuição da geração de resíduos e as ações para a melhoria do acondicionamento e coleta. Destaca-se que muitos atribuíram ao serviço de coleta o aumento da geração de resíduo, algo que está ligado à postura das pessoas. Por outro lado, muitas propostas de melhoria dos serviços referem-se à conscientização de usuários sobre o seu papel na melhoria dos serviços, o que normalmente deveria ser vinculada ao próprio serviço de limpeza e coleta. Além disso, grande parte das estratégias sugeridas lança mão do uso de plásticos e panfletos, o que pode ser uma solução capaz de obter um resultado inverso ao esperado, já que esses materiais podem ser despejados diretamente na praia.

A característica da escolaridade dos entrevistados permite supor o quão é se refletem as fragilidades de políticas educacionais na região, principalmente aquelas que atingem as categorias de trabalhadores ou educação de adultos, bem como de ensino profissionalizante. Isso denota a importância da capacitação continuada e do aprimoramento de ações de educação ambiental. Possivelmente, muito dos procedimentos no gerenciamento dos resíduos sólidos de estabelecimentos comerciais esteja diretamente ligado ao desenvolvimento de uma consciência mais crítica do prestador de serviço em relação aos efeitos de sua atividade e seu papel fiscalizador junto às atitudes dos seus clientes.

Qualquer mudança ou mitigação dos problemas detectados na praia do Atalaia deve ser iniciada a partir de novos investimentos, que possam ser sentidos e observados por todos os usuários da praia. Esse investimento deve ser acompanhado da aprovação de novas leis e diretrizes para uso da praia. E, por fim, dada a importância do turismo para o município, o poder público deve priorizar a solução de problemas e se qualificar para gestão de resíduos sólidos na praia do Atalaia. Cabe compreender que os impactos da atividade turística quase sempre se originam da ação do turista. Entretanto, as transformações

de conduta somente são possíveis se houver o comprometimento da representatividade local, acompanhada de possibilidades reais de organização social e ações efetivas do poder público municipal e de outros agentes locais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Sustentabilidad y ciudad**. EURE, Santiago, v. 25, n. 74, mayo 1999. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611999007400003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08/05/2012.

ARRILLAGA, J. I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro, Rio, 1976.

BALANZÁ, I. M.; NADAL, M. C. **Marketing e comercialização de produtos Turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARRETO, M. N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília: MTur, 2011.

CALDAS, A. H. M. **Análise da disposição de resíduos sólidos e da percepção dos usuários em áreas costeiras – um potencial de degradação ambiental**. Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em Gerenciamento e Tecnologia Ambiental no Processo Produtivo, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Salvador (BA): UFBA, 2007.

CONTO, S. M. O. Estudo do comportamento de turistas e prestadores de serviços turísticos no manejo de resíduos sólidos gerados no âmbito dos hotéis. In: BARRETO, M.; REJOWSKI, M. (orgs.). **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: Edusc, 2001.

CORBIN, A. **Território do vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (orgs.). **Consumo Sustentável: Conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DIAS, R. **Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença, 1992.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto (2ª ed.) (coleção turismo), 2004.

JACOBI, P. R. (org.). **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil**: Inovação com Inclusão Social. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBI, P. R.; TIVERON, V. P. M. Gestão de Resíduos Sólidos. In: MANTOVANI, W. (org) **Caminhos de uma ciência ambiental**. São Paulo: Annablume, 2005.

KRIPPENDORF, J. **A sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P.C. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, L. M. Q. **Remediação de Lixões Municipais**: Aplicações da Biotecnologia. São Paulo: Hemus, 2005.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MESQUITA JÚNIOR, J. M. **Mecanismo de desenvolvimento limpo aplicado a resíduos sólidos**: Gestão integrada de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

MONTEIRO, J. H. P. et al.. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, planejamento socioespacial e patrimônio histórico-cultural**. In: _____. Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004, p. 3-32.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 20 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

ZILBERMAN, I. **Introdução à engenharia ambiental**. Canoas: Ed. ULBRA, 1997.